

O LIVRO COMO OBJETO: UMA ABORDAGEM PARA ALÉM DO CONTEÚDO

Resumo: Refletir sobre os livros como objetos implica em reconhecer que, de alguma forma, são comparáveis a todo e qualquer objeto criado para cumprir as mais diferentes funções, que podem ser produzidos em série e comercializados, ou seja, tratados como mercadoria. O presente artigo visa analisar o conceito de livro do ponto de vista da documentação a luz do ponto de vista de teóricos de variadas áreas do conhecimento humano, a saber: Documentação, Ciência da Informação, Arqueologia e Museologia etc. Foi feita uma revisão de literatura acerca do livro como documento, reunindo documentalistas, historiadores e profissionais da informação. Conclui-se que Marcas de proveniência singularizam o livro, ao vinculá-lo a um proprietário particular ou a uma biblioteca. Desde que examinados como objetos, a abordagem museológica pode ser aplicada também aos livros, assinalando não apenas aspectos genéricos como o momento de sua criação/autoria, fabricação/publicação mas, sobretudo, informações sobre a trajetória individual de um exemplar a partir de informações disponíveis sobre sua aquisição - marco da sua passagem de mercadoria a objeto singular.

Palavras-chave: Livro. Cultura material. Musealização. Documentação.

Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro
Doutora em Ciência da Informação
MAST
orcid 0000-0003-0868-6169
marialucia@mast.br

THE BOOK AS AN OBJECT: AN APPROACH BEYOND CONTENT

Abstract: Thinking about books as objects implies recognizing that, in some way, they are comparable to all and any object created to fulfill the most different functions, which can be produced in series and marketed, that is, treated as merchandise. This article aims to analyze the concept of book from the point of view of documentation considering the point of view of theoreticians from various areas of human knowledge, namely: Documentation, Information Science, Archaeology and Museology etc. A literature review was conducted on the book as a document, bringing together documentalists, historians and information professionals. It is concluded that marks of provenance singularize the book by linking it to a particular owner or a library. Since they are examined as objects, the musicological approach can also be applied to books, pointing out not only generic aspects such as the moment of their creation/authorship, manufacturing/publication but, above all, information about the individual trajectory of a copy based on the information available about its acquisition - the mark of its passage from merchandise to unique object.

Keywords: Book. Material Culture. Musealization. Documentation.

1 INTRODUÇÃO

O capítulo que se segue tem como objetivo ressaltar características que o livro compartilha com os demais objetos criados pelo homem, como sua condição ainda que transitória como mercadoria, abordando-o a partir de premissas da documentação museológica, modelos de análise de artefato propostos por estudiosos da Cultura Material e reflexões sobre o conceito de documento.

Refletir sobre os livros como objetos implica em reconhecer que, de alguma forma, são comparáveis a todo e qualquer objeto criado para cumprir as mais diferentes funções, que podem ser produzidos em série e comercializados, ou seja, tratados como mercadoria (cf. KOPYTOFF, 2008). A trajetória individual de um exemplar tem o poder de singularizar um livro e lhe acrescenta atributos que transcendem seu conteúdo textual, por vezes materializados em marcas de proveniência. Seu valor como objeto, com frequência, não é necessariamente fundado no conteúdo ao qual circunstancialmente serve como suporte ou, dito de outra forma, o livro já não é percebido e/ou tratado como suporte, embora possa desempenhar a função de documento.

A posição que se pretende sustentar neste texto vai na direção contrária, embora análoga, à defendida em trabalhos anteriores (LOUREIRO, M., 2012; 2015; 2019; LOUREIRO, M.; LOUREIRO, J., 2013; LOUREIRO, M; LOUREIRO, J.; AZEVEDO NETTO, 2012) baseados em Paul Otlet (2018), Suzanne Briet (1951) e outros teóricos da Ciência da Informação que retomaram e ampliaram o conceito de documento no final de século XX (BUCKLAND, 1997; LUND, 2009; MEYRIAT, 1981, entre outros), além de autores do campo da Museologia que abordaram o objeto como documento (RÚSSIO, 1981, MENSCH, 1992, MAROEVIC, 1994; 1998). O argumento é sintetizado na seguinte premissa: assim como qualquer objeto pode ser abordado como documento – desde que percebido e tratado como tal, documentos em geral – e livros, em particular – podem ser analisados como objetos desde que percebidos e tratados como tal.

Como ressalta Caballero Zoreda (1988, p. 456) todo e qualquer objeto é portador de informação e pode, portanto, ser considerado documento, já que sua estrutura material e formal “conserva, como ‘signo’, as ‘pegadas’ de uma história que se ‘significa’ através dele”¹.

Ao traçar o que denominou uma “arqueologia conceitual dos documentos”², Niels W. Lund (2009) observou que o termo documento e seu antecessor em latim *documentum* foi, ao longo do tempo, entendido de diferentes formas. Até o século XVII, foi relacionado sobretudo à demonstração e instrução, e apenas no início da modernidade europeia e das Luzes passou a ser principalmente “um objeto escrito que declara e comprova transações, acordos e decisões dos cidadãos”³ (LUND, 2009, p. 2, tradução nossa).

A ampliação do conceito de documento foi debatida pelos teóricos do Movimento da Documentação e por historiadores da Escola dos Annales. Lucien Febvre questionou o uso exclusivo das fontes textuais e propôs que, em sua ausência, a História fosse escrita com “tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, na falta das fontes habituais” (FEBVRE, 1989, p.249).

Lund atribui ao advogado belga Paul Otlet a liderança da primeira Teoria do Documento. Embora interessado principalmente nos documentos escritos, Otlet “era em princípio aberto a outros tipos de documentos, não apenas registros de som e imagens mas também objetos naturais, modelos, jogos, etc.”⁴. (LUND, 2009, p.6, tradução nossa)

Em seu clássico *Tratado de Documentação*, publicado em 1934, Otlet propôs o termo genérico *biblion* para designar não apenas livros e revistas, mas também diagramas, fotografias, discos e filmes. O autor observa que “as *coisas* mantêm com os documentos relações de diversas espécies”, acrescentando que podem ser “tratadas como objetos de documentação quando, na condição de espécime ou amostra, figuram nas coleções documentárias (museus, exposições)” (OTLET, 2018, p. 60).

Para Michael Buckland (1997), Otlet deu um primeiro passo para a ampliação (ainda que parcial) do conceito de documento. Menos de duas décadas mais tarde, foi seguido pela documentalista francesa Suzanne Briet, que não apenas propôs uma redefinição da noção de

¹ “Cualquier pieza, todas las piezas, son portadoras de información y en este sentido pueden ser consideradas ‘documentos’. Cualquier pieza posee unas características materiales y formales y conserva, como ‘signo’, las ‘huellas’ de una historia que se significa a su través”.

² “a conceptual archaeology of documents”.

³ “From the beginning of European modernity and Enlightenment onward, a document is first and foremost a written object stating and proving transactions, agreements, and decisions made by citizens”.

⁴ “Even if Otlet was primarily interested in written documents, he was in principle open to other kinds of documents, not only images and sound recordings but also natural objects, models, games, and so forth”.

documento como “todo índice concreto ou simbólico, conservado ou registrado para as finalidades de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”⁵, mas sobretudo problematizou o conceito, ao admitir que um animal vivo fosse considerado como documento: “Uma estrela é um documento? Um seixo levado pela torrente é um documento? Um animal vivo é um documento? Não. Mas são documentos as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras em um museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos em um Zoo”⁶. (BRIET, 1951, p. 7, tradução nossa)

Em sua análise sobre o conceito de documento na obra de Briet, Buckland observa:

As regras de Briet para determinar quando um objeto se torna um documento não são claramente colocadas. Inferimos, contudo, de sua discussão, que:

- (1) há materialidade: Somente objetos físicos e sinais físicos;
- (2) Há intencionalidade: Pretende-se que o objeto seja tratado como evidência;
- (3) Os objetos devem ser processados: Eles têm que ser tornados documentos; e, supomos,
- (4) Há uma posição fenomenológica: O objeto é percebido como documento.⁷

(BUCKLAND, 1997, p.806, tradução nossa)

Ao longo do processo de alargamento da noção de documento, “seus estudiosos enfatizaram cada vez mais o que funcionava como um documento, e não suas formas físicas tradicionais”⁸ (BUCKLAND, 1997, p. 808, tradução nossa). Juan Martinez Comeche (2000) remete às reflexões de Briet (1951), que já havia sugerido o tratamento documental como essencial para que algo fosse considerado documento. Em uma análise que aborda as características e extensão conceitual do documento em arquivos, bibliotecas e museus (em especial estes últimos), o autor aponta uma distinção entre “documento potencial” e “documento efetivo”, sintetizada a seguir:

⁵ “Tout indice concret ou symbolique, conservé ou enregistré, aux fins de représenter, de reconstituer ou de prouver un phénomène ou physique ou intellectuel”.

⁶ “Une étoile est-elle un document ? Un galet roulé par un torrent est-il un document ? Un animal vivant est-il un document? Non. Mais son des documents les photographies et les catalogues d'étoiles, les pierres d'un musée de mineralogie, les animaux catalogués et exposés dans un Zoo”.

⁷ “Briet’s rules for determining when an object has become a document are not made clear. We infer, however, from her discussion that: (1) There is materiality: Physical objects and physical signs only; (2) There is intentionality: It is intended that the object be treated as evidence; (3) The objects have to be processed: They have to be made into documents; and, we think, (4) There is a phenomenological position: The object is perceived to be a document”.

⁸ “The evolving notion of ‘document’ among Otlet, Briet, Schürmeyer, and the other documentalists increasingly emphasized whatever functioned as a document rather than traditional physical forms of documents”.

[...] (1) nada é um documento em si, mas toda entidade pode sê-lo; e (2) o será de maneira efetiva única e exclusivamente quando for utilizada como representação de um fato, pensamento ou fenômeno da natureza ou do ser humano. Em outras palavras, a representatividade força a distinção entre o que podemos chamar de “documento potencial” e “documento efetivo”⁹. (MARTINEZ COMECHE, 2000, p.13, tradução nossa).

A noção de documento foi examinada também por Jean Meyriat em um artigo originalmente publicado em 1981. Para o autor, o conceito não se limita aos documentos escritos, que considera “um caso privilegiado, porque a escrita é a forma mais comumente utilizada para comunicar uma mensagem” (MEYRIAT, 2016, p. 241). Todo e qualquer objeto pode ter a função subsidiária de servir como documento, independentemente de sua função original. Considerando que o processo de comunicação supõe um emissor e um receptor, e que ambos estão autorizados a atribuir um significado a um documento, Meyriat aponta uma distinção no conjunto de documentos possíveis: “Se ele não foi criado como tal, o objeto pode tornar-se documento pelo fato de que aquele que nele busca informação, ou seja, que lhe reconhece uma significação, o promove, assim, a suporte de mensagem” (MEYRIAT, 2016, p. 242).

Essa distinção sugere que um documento não possui uma essência que os diferencie das demais coisas. Trata-se de uma função de um objeto qualquer escolhido por aquele que busca a informação, mais do que por aquele que o cria com essa intenção. “Assim, o documento não surge como tal, *a priori*, mas como o produto de uma vontade, aquela de informar ou se informar - a segunda ao menos sendo sempre necessária” (MEYRIAT, 2018, p. 243).

Baseada na análise de Meyriat, observa Vivianne Couzinet (2004, p. 21, tradução nossa):

Desde então, uma divisão é possível entre “documento por intenção” e “documento por atribuição”. Essa distinção, retomada por alguns pesquisadores das Ciências da Informação e Comunicação (Fondin, em particular), faz parte do trabalho de construção do conceito a partir de uma abordagem informacional para posicioná-lo em um quadro maior, o da comunicação.¹⁰

⁹ “Dos consecuencias de gran importancia teórica podemos deducir de lo expuesto: (1) nada es documento de por sí, pero todo ente puede serlo; y (2) lo será de manera efectiva única y exclusivamente cuando se emplee como representación de un hecho, pensamiento o de un fenómeno de la naturaleza o del ser humano. Dicho de otro modo, la representatividad fuerza la distinción entre lo que podemos denominar ‘documento potencial’ y ‘documento efectivo’.”

¹⁰ “Dès lors une partition est possible entre “document par intention” et “document par attribution”. Cette partition reprise par certains chercheurs de SIC (Fondin, notamment) s'inscrit dans un travail de construction du

Como sublinha Meyriat, o papel ativo do receptor tem a capacidade de modificar a função informativa de um objeto ao longo do tempo, já que “a capacidade informativa de um documento jamais se esgota” (MEYRIAT, 2018, p. 243). A um livro, escrito e publicado com a intenção de informar - “documento por intenção” -, podem ser eventualmente colocadas novas questões não necessariamente relacionadas ao seu conteúdo. Ao buscar e interrogar suas marcas de proveniência, o livro, agora examinado como objeto, torna-se um “documento por atribuição”.

Esta análise ressalta, assim, a dupla entrada do livro como documento. Ele é simultaneamente um documento por intenção e por atribuição, sendo que este último corresponde à abordagem contemplada neste texto. Trata-se de um documento escrito e também de um objeto que desempenha a função de documento para além da intenção daquele que o produziu. Cabe advertir, por fim, que o livro eletrônico não foi considerado nesta análise.

Para o teórico da Museologia Ivo Maroević (1998), a fase teórico-sintética da disciplina teve início com o reconhecimento do objeto como documento, em 1976. Entre outros autores, a brasileira Waldisa Russio associou o objeto de museu ao conceito de documento, ressaltando que museus recolhem objetos porque “são testemunhos, são documentos e têm fidelidade” - critérios que orientam o “reconhecimento de determinados vestígios, de determinados resíduos, de dados concretos ou de registros de fatos menos materiais” (RUSSIO, 1984, p. 62).

Cabe advertir, entretanto, que, embora não tivesse sido ainda colocada como questão, a noção já estava implícita em trabalhos bem anteriores. Em um artigo de 1949 publicado no volume 10 dos *Anais do Museu Histórico Nacional*, a museóloga Sigrid Pôrto de Barros analisa uma coleção de armas do século XVII. O título do trabalho - “Armas que documentam a Guerra Holandesa” – já evidencia a visão do objeto como documento, que fica ainda mais clara no trecho citado a seguir:

Possui o M.H.N em sua coleção de armas peças interessantíssimas, inúmeras de grande raridade. Entre as de maior projeção histórica, **como documentos que são de uma página econômico militar**, estão as armas do século XVII,

concept à partir d'une approche informationnelle pour le positionner dans un cadre plus large, celui de la communication”.

contemporâneas do domínio holandês no Brasil [...]. (BARROS, [1949] 1959, p.11, grifo nosso)

Livros são objetos e, nessa condição, podem ser tratados de forma similar aos objetos de museu e submetidos a métodos de análise de artefatos propostos por estudiosos da Cultura Material. Apesar de seu caráter óbvio e incontestável, a afirmação de que, para além de seu conteúdo, “livros são artefatos como quaisquer outros objetos feitos, modificados ou usados por seres humanos”¹¹ (KONSA; REIMO, 2014, p.3, tradução nossa) nem sempre é percebida com clareza. Na qualidade de objetos, livros podem ser abordados sob o enfoque da cultura material.

Como salienta Ian Woodward (2007), objetos não são imbuídos apenas de significados simbólicos, mas, por meio de sua presença concreta e material, contribuem para a estruturação de diferentes aspectos da vida em sociedade. Do ponto de vista genérico, livros determinam ou possibilitam formas de leitura, hábitos de lazer e de consumo. Na qualidade de objeto individual, um livro pode fornecer informações únicas sobre quem o adquiriu, colecionou, presenteou e usou.

Os Estudos de Cultura Material podem ser definidos como um campo de pesquisas acadêmicas que abordam os usos e os significados das coisas materiais fabricadas por humanos. Embora não tenham uma organização disciplinar, gozam de reconhecimento acadêmico em áreas como Arqueologia e Museologia, que têm o objeto / artefato como cerne (MILLER, 2013).

Jules Prown define Cultura Material como “o estudo por meio de artefatos das crenças - valores, ideias, atitudes e suposições - de uma determinada comunidade ou sociedade em um determinado momento”, acrescentando que o termo é usado com frequência “para se referir aos próprios artefatos, ao corpo de material disponível para tal estudo”¹² (PROWN, 1982, p. 1, tradução nossa). O campo de estudos se fundamenta na premissa de que “objetos feitos ou modificados pelo homem refletem consciente ou inconscientemente, direta ou indiretamente,

¹¹ “Books are artefacts just like any other objects made, modified, or used by human beings”.

¹² “Material culture is the study through artifacts of the beliefs-values, ideas, attitudes, and assumptions-of a particular community or society at a given time. The term material culture is also frequently used to refer to artifacts themselves, to the body of material available for such study”.

as crenças de indivíduos que o fizeram, compraram ou usaram, e por extensão, as crenças da sociedade à qual pertenceram”¹³ (PROWN, 1982, p. 2, tradução nossa).

Baseada em James Deetz (1996), para quem os artefatos que integram a cultura material variam em dimensões e complexidade, indo de alfinetes a veículos espaciais, Susan Pearce (1994) acrescenta que eles “incorporam informação única sobre a natureza do homem na sociedade [...]”¹⁴. Ressaltando a curadoria de artefatos como uma preocupação central dos museus, lamenta que “ao longo dos anos, muito menos esforço tenha sido colocado no desenvolvimento da disciplina de estudos de cultura material que em outros aspectos do cuidado com a coleção”¹⁵ (PEARCE, 1994, p.125, tradução nossa).

Na década de 1970, E. McClung Fleming (1974, p.154, tradução nossa) já advertia que:

[...] a inter-relação do artefato e sua cultura está implícita em tudo o que os museus dizem e escrevem sobre suas coleções, mas relativamente poucas contribuições têm sido feitas para uma compreensão teórica dos modos pelos quais o artefato explicitamente implementa, expressa e documenta uma forma particular de vida. Em suma, os museus deram relativamente pouca atenção ao desenvolvimento de uma disciplina de estudo de artefatos.¹⁶

Alguns modelos de estudos de artefatos vêm há décadas sendo propostos por estudiosos da cultura material, dentre os quais o de Fleming¹⁷ (1974, p. 154), que se baseia nas cinco propriedades básicas de um artefato - história, material, construção, design e função - e quatro operações, a saber: 1) identificação; 2) avaliação (comparação com outros objetos); 3) análise cultural (aspectos selecionados da cultura do artefato); e 4) interpretação (valores da cultura atual).

Jules David Prown propõe um método de análise de objeto em três estágios:

¹³ “[...] objects made or modified by man reflect, consciously or unconsciously, directly or indirectly, the beliefs of individuals who made, commissioned, purchased, or used them, and by extension the beliefs of the larger society to which they belonged”.

¹⁴ “Objects embody unique information about the nature of man in Society [...]”.

¹⁵ “The curating of artefacts is, therefore, a central concern; but over the years very much less effort has been put into developing the discipline of material culture study than into the other aspects of collection care.”

¹⁶ “[...] the interrelationship of the artifact and its culture is implicit in all that museums say and write about their collections, but relatively few contributions have been made to a theoretical understanding of the ways in which the artifact explicitly implements, expresses, and documents a particular way of life. In short, museums have paid relatively little attention to developing a discipline of artifact study”

¹⁷ Para maiores informações sobre o modelo, ver Fleming (1994) e Pearce (1994).

A análise vai da descrição, em que é registrada a evidência interna do próprio objeto; à dedução, em que é interpretada a interação entre o objeto e o observador; e à especulação, em que ocorre o enquadramento de hipóteses e questões que conduzem do objeto à evidência externa para testagem e conclusões.¹⁸ (PROWN, 1982, p.7, tradução nossa)

R. Elliot e outros (1994) propõem um método de análise a partir dos modelos de Fleming (1974) e Prown (1982), elaborado em três etapas, baseadas em diferentes tipos de dados:

- 1) dados observáveis: determinados pelo engajamento sensorial com os artefatos;
- 2) dados comparativos: baseados na comparação com objetos similares, criados/fabricados pelo mesmo autor/fabricante no mesmo período; e
- 3) dados suplementares: fornecidos sobretudo por fontes escritas ou impressas, fotografias, história oral etc., externas ao próprio objeto e a outros semelhantes.

Cada uma das etapas da matriz descrita acima é subdividida em cinco categorias - material, construção, função, proveniência e valor – a partir das quais são formuladas questões a serem dirigidas ao artefato analisado, uma das quais indaga pelas marcas ou inscrições presentes no objeto.

Como sublinha Daniel Miller (1998), as coisas materiais que nos cercam têm importância e significado justamente por serem desprezadas devido a seu caráter trivial. Como alguns artefatos que nos cercam, como roupas, mesas, cadeiras e automóveis, livros são elementos cuja presença familiar como objetos os torna muitas vezes imperceptíveis em nossa vida diária. Konsa e Reimo (2014) observam que “a palavra livro está de tal forma enraizada na linguagem falada que quase não notamos quando é usada”.¹⁹ (KONSA; REIMO, 2014, p. 3, tradução nossa)

Em seu clássico *Tratado de Documentação*, Paul Otlet analisou o livro em seus diferentes aspectos, incluindo aqueles relacionadas a um exemplar examinado em suas características materiais:

Os exemplares de uma obra, sobretudo de uma obra antiga, podem diferenciar-se pelo estado de completude ou de conservação, por notas

¹⁸ “The analysis proceeds from description, recording the internal evidence of the object itself; to deduction, interpreting the interaction between the object and the perceiver; to speculation, framing hypotheses and questions which lead out from the object to external evidence for testing and resolution”.

¹⁹ “The word ‘book’ is so rooted in spoken language that we usually do not even notice when it is used”.

manuscritas ou anexos. [...]. Por outro lado, os exemplares participam das relações de propriedade com seus proprietários e trazem com frequência a marca disso em forma de inscrição, ex-libris ou brasão gravado na encadernação. (OTLET, 2018, p. 276)

Estudos no campo da preservação privilegiam a materialidade dos livros e os abordam como objetos. Ana Roberta Tartaglia (2018, p. 11) ressalta a importância desse aspecto, afirmando que “a capacidade de informar que o objeto carrega, ultrapassa a mancha tipográfica e remete a todas as atividades envolvidas desde a produção até a chegada do livro na mão do leitor”. Em um estudo voltado para a preservação das encadernações das obras raras e especiais da Casa de Oswaldo Cruz, a autora se propõe a “identificar o elemento que normalmente é tratado como descartável – a encadernação - e afirmar sua importância, relevância cultural e social, [...] apesar de ser uma das atividades desenvolvidas na cadeia de produção do livro [...]” (TARTAGLIA, 2018, p. 15).

De certa forma, o exame de um livro como objeto é comparável à documentação museológica, que privilegia a materialidade do objeto, contemplando marcas de fabricação e uso, forma, materiais e técnicas utilizadas em sua produção, além de informações recolhidas em documentos textuais ou iconográficos exteriores ao objeto.

Peter Van Mensch (1992) distingue na análise de um objeto as informações intrínsecas – deduzidas do próprio objeto – e as informações extrínsecas – dependentes de fontes externas a ele, principalmente escritas. Entre as intrínsecas, nas quais se incluem as marcas identificadas no momento do exame dos objetos, o autor distingue as informações intencionais - resultantes da ação voluntária de quem os produziu ou usou -, e aquelas não intencionais – referentes às propriedades dos objetos relacionadas ao material e técnicas utilizadas e aos resultados da deterioração. Baseada em Mensch e Ferrez (1991) discorre sobre a abordagem museológica e sublinha a necessidade de identificar as informações intrínsecas e extrínsecas de que são portadores todos os objetos produzidos pelo homem.

Marcas de proveniência bibliográfica são comparáveis às marcas apostas em objetos de museus. Além das assinaturas e datas que colaboram para a identificação e análise de obras de arte, há as marcas de fabricantes, representantes comerciais, proprietários etc., além das marcas de uso (e desuso) que não são abordadas neste texto.

Para o estudo das marcas de proveniência é necessário observar as próprias marcas apostas nos livros (informação intrínseca), e eventualmente examiná-las e compará-las a outros documentos e objetos (informação extrínseca). Tais procedimentos contribuem para

informar a trajetória de um exemplar e fornecem pistas para a construção de sua biografia, identificando o momento em que foi, ao menos provisoriamente, singularizado, deixando de ser mercadoria. Tal abordagem remete à biografia cultural das coisas proposta por Igor Kopytoff (2008), que será tratada adiante.

Os Anais do Museu Histórico Nacional, publicação pioneira no Brasil no campo da Museologia, fornecem inúmeros exemplos de estudos em que são abordados objetos e conjuntos de objetos do acervo, bem como suas marcas.

Ao mencionar um arcabuz integrante da coleção de armas do século XVII pertencente ao Museu Histórico Nacional, Barros cita Gustavo Barroso, que informa tratar-se de “peça rara e em perfeito estado de conservação, com indicação clara do armeiro que a fabricou (F. Werz in Wurzach)” (BARROSO *apud* BARROS, [1949], 1959, p. 25).

Outras marcas são mencionadas por Barros ([1949], 1959, p. 29) a partir de um “levantamento das armas e petrechos bélicos deixados em 1654 pelos flamengos” que evidenciam a diversidade de procedências do material utilizado no nordeste brasileiro durante o domínio holandês. Entre os desenhos que ilustram o levantamento, a autora destaca e descreve a marca da Zelândia, similar à que é encontrada em um canhão integrante do acervo do Museu Histórico Nacional:

A peça do Museu é de bronze, tem duas faixas com motivos florais e carrancas limitam a bolada. As asas são formadas pelos corpos de golfinhos. No segundo reforço, a sigla da G.W.C.²⁰, encimada pela letra Z, da Câmara da Zelândia, tudo dentro de uma cartela redonda com ornatos fantasistas. Logo abaixo, numa cercadura oval, ornamentada, aparecem em letras capitais: MIDDELVRCH (localidade da Zelândia) e na faixa da culatra, em capitais, o nome do armeiro, seguido da data de fabricação da peça: MICHAEL BVRGERHVYSMEF. 1629. A cascavel lisa prende-se à culatra ornamentada em relevo. A data da fabricação e a sigla da G.W.C. referendada pela Câmara da Zelândia [...] identificam o canhão como parte dos que devem ter sido forjados intencionalmente para o apresto das tropas invasoras, enviadas pela Companhia em 1630 (BARROS, [1949], 1959, p. 29-30).

O acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), constituído principalmente por objetos de Ciência e Tecnologia, fornece exemplos de marcas que informam sobre a fabricação e procedência das peças. Para a documentação do acervo museológico, têm sido consideradas as informações intrínsecas e extrínsecas aos objetos. A

²⁰ *Geoctroyeerde Westindische Compagnie* (Companhia das Índias Ocidentais)

descrição contempla as características materiais e formais, o que inclui as marcas, de especial interesse para este trabalho. As informações extrínsecas baseiam-se em antigos inventários do Observatório, e fontes bibliográficas, além de relatos minuciosos de Odílio Ferreira Brandão, servidor aposentado do Observatório Nacional (ON), que foi por cerca de quarenta anos responsável pela oficina de manutenção dos instrumentos e detinha um profundo conhecimento sobre os objetos, com os quais trabalhou diretamente.

As figuras 1 e 2 apresentam detalhes dos registros de dois objetos procedentes do Observatório Nacional na base de dados do acervo museológico do MAST: o altazimute prismático (1993/0131) e o termógrafo registrador elétrico (1996/0582).

Figura 1: Detalhes do Registro do Altazimute Prismático



Fonte: Base de Dados do Acervo Museológico do MAST²¹

²¹ http://site.mast.br/hotsite_museologia/pesquisa_na_base.html

Figura 2: Detalhes do Registro do Termógrafo Registrador Elétrico



Fonte: Base de Dados do Acervo Museológico do MAST

A figura 3 apresenta o altazimute prismático, concebido pelo astrônomo francês Emmanuel Liais, que dirigiu o então Imperial Observatório de 1874 a 1881, e construído pelo fabricante José Hermida Pazos. Na peça pode ser observada a marca ON1143, que informa a sigla do Observatório Nacional e o número de registro patrimonial.

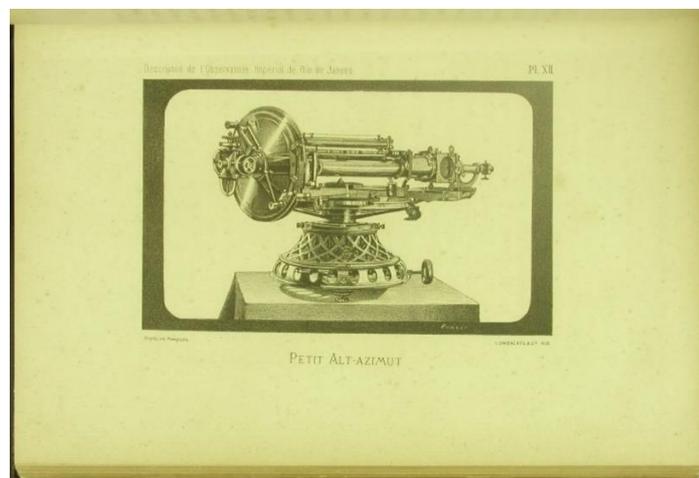
Figura 3: Altazimute Prismático



Fotografia Jaime Acioli / Acervo MAST

Informações extrínsecas sobre o altazimute podem ser obtidas nos *Annales de l'Observatoire Impérial de Rio de Janeiro* (LIAIS, 1882). A publicação, que apresenta o Observatório e seus instrumentos, dedica quatorze páginas à descrição do altazimute (LIAIS, 1882, p.121-134), incluindo um croqui do instrumento, apresentado na figura 4.

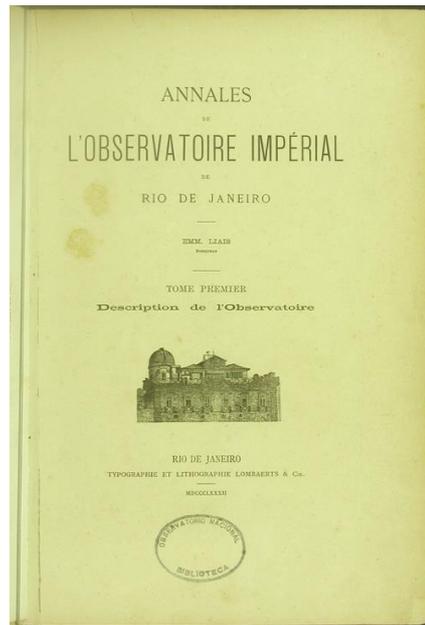
Figura 4: Croqui do Altazimute nos *Annales de l'Observatoire Impérial de Rio de Janeiro*



Fonte: LIAIS (1882)

A folha de rosto da publicação (figura 5), fonte bibliográfica para estudos sobre o altazimute e outros instrumentos dos séculos XVIII e XIX, apresenta como marca um carimbo da Biblioteca do Observatório Nacional.

Figura 5: Folha de rosto dos *Annales de l'Observatoire Impérial de Rio de Janeiro*



Fonte: LIAIS (1882)

O termógrafo registrador elétrico (figura 6) apresenta também números de antigos inventários do Observatório Nacional (1743; ON802) em tinta branca na moldura de seu estojo, além das marcas do fabricante, *The Cambridge Scientific Instrument Company, Ltd.*

Figura 6: Termógrafo Registrador Elétrico



Fotografia Jaime Acioli / Acervo MAST

Em 2017, o objeto foi exposto por cerca de um mês na Sala de Leitura de Objetos, “concebida como uma espécie de laboratório [destinado] à realização de atividades experimentais sobre a coleção do museu” (SANTOS; DOMINICI, 2015, p. 5). A exposição estimulava o público a observar os objetos a partir de um roteiro baseado em uma série de perguntas provocativas:

[...] quais foram os materiais usados para produzir o objeto? Por que o objeto foi produzido? Quem foi o seu fabricante? Onde e quando o objeto foi produzido? Qual a função do objeto? Existem sinais de utilização/manuseio? Onde e como o objeto foi usado? Como o objeto foi fabricado? **Existem marcas ou inscrições presentes?** O objeto é artesanal ou industrializado? Qual a função deste objeto hoje? Sua função mudou? Qual o valor que foi atribuído ao objeto pela sociedade? E pelo Museu? [...] (SANTOS; DOMINICI, 2015, p. 5-6, grifo nosso)

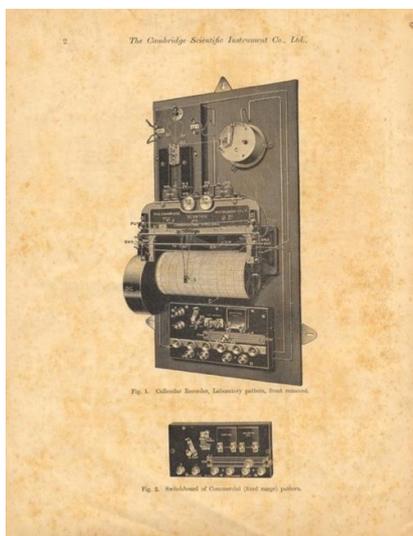
A Sala de Leitura foi o tema central da Série de Palestras Mast Colloquia realizada em 2018. No evento, Rita Gama Silva (2019) apresentou uma análise do termógrafo registrador

elétrico, resultante de uma pesquisa que desenvolveu sobre a coleção de objetos de meteorologia do acervo do Museu. Informações obtidas no Inventário de Material Permanente do Observatório Nacional do ano de 1924 permitiram à autora cogitar o ano de 1913 como a data provável de registro do objeto na Instituição (SILVA, 2019, p. 188). A partir da análise da marca do fabricante do instrumento, a autora estimou ainda o período em que foi fabricado:

Essa nomenclatura [*Cambridge Scientific Instrument Company, Ltd*] permite estimar um corte temporal de produção desses instrumentos: entre 1895 - quando o fabricante se torna “Ltd.” e 1919 - quando altera seu nome para “*The Cambridge and Paul Instrument Company*” (quando da fusão com a *Robert W. Paul Instrument Company*). (SILVA, 2019, p. 186-187).

Entre as fontes utilizadas para a documentação do instrumento, cabe destacar o catálogo do fabricante, disponível também na base de dados de acervo museológico do MAST.²² O catálogo inclui manual de instruções, descrição detalhada de aparelhos com ilustrações (figura 7), e apresenta na capa (figura 8) a assinatura do diretor do Observatório, Henrique Morize.

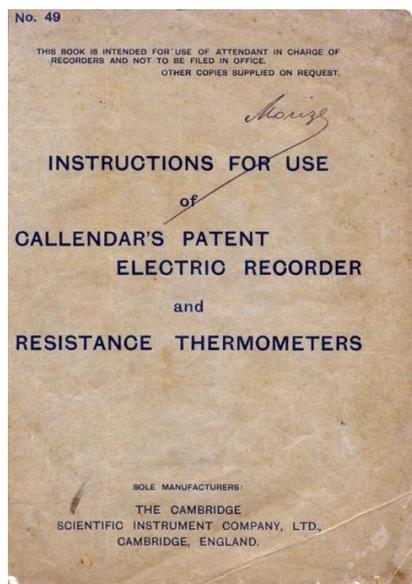
Figura 7: Termógrafo Registrador Elétrico (imagem no Catálogo do fabricante)



Fonte: The Cambridge Scientific Instrument Company, 1907

²² http://site.mast.br/catalogo/pag_thumbs.asp?id_catalogo=22&qt=27

Figura 8: Catálogo do fabricante do termógrafo registrador elétrico



Fonte: The Cambridge Scientific Instrument Company, 1907.

Mensch (1992) defende a adoção de uma abordagem museológica ao objeto baseada na abordagem biográfica de Igor Kopytoff. “O processo histórico inclui onde, quando e como o objeto foi feito, por quem e para quem, e as sucessivas mudanças de propriedade, condição e função”²³. (MENSCH, 1992).

Também baseado em Kopytoff, Samuel Alberti (2005) sugere que museus sejam estudados por meio das trajetórias dos objetos de suas coleções, considerando as diferentes etapas de sua vida metafórica antes e depois de seu ingresso no museu, momento em que é culturalmente singularizado e cessa, ao menos provisoriamente, de ser mercadoria.

Kopytoff (2008) vê a cultura como uma força de resistência à mercantilização das coisas. A cultura é apontada como uma força de singularização do objeto, que deixa de ser mercadoria. Assim como Mensch, Alberti sugere tratar os objetos em museus por meio de uma abordagem biográfica, da mesma forma que são traçadas biografias de pessoas. Caberia ao “biógrafo” interrogar as coisas, colocar questões semelhantes àquelas que são dirigidas aos indivíduos biografados. Tais biografias teriam início com a criação / fabricação do objeto, assinalando o momento e o ato pelo qual é singularizado. Ao serem interrogadas, as coisas tornam-se “documentos por atribuição” no sentido que é dado por Meyriat (2018) e Couzinet

²³ “The historical process includes where, when and how the object was made, by whom and for whom and why, and successive changes in ownership, condition, and function”.

(2004), e passam de “documentos potenciais” a “documentos efetivos” (MARTINEZ COMECHE, 2000).

Visto sob a perspectiva genérica, um livro reúne um conjunto de atributos que o definem como tal e são, portanto, comuns a todos os livros. Do ponto de vista específico, cada exemplar tem uma trajetória única no tempo e no espaço que o singulariza como objeto e se materializa em vestígios e marcas que documentam seu uso e proveniência. Já não é equivalente aos demais exemplares e deixa de ser mercadoria, o que permite que seja analisado a partir da abordagem biográfica proposta por Kopytoff. Conforme o autor, uma mercadoria é algo passível de “[...] ser trocado por uma contrapartida numa transação descontínua, sendo que o próprio fato da troca indica que a contrapartida tem um valor equivalente, dentro do contexto imediato [...]” (KOPYTOFF, 2008, p. 95).

Em um trabalho publicado no primeiro volume dos *Anais do Museu Histórico Nacional*, a museóloga Nair de Moraes Carvalho (1940) traça a trajetória da “jangada libertadora”, trazida para o Rio de Janeiro em 1884 por Francisco do Nascimento, conhecido como “Dragão do Mar”, e líder dos jangadeiros que, após o fim da escravidão em diversas cidades do Ceará, recusavam-se a embarcar escravos nos portos cearenses para venda em outras províncias. Segundo a autora, o Jornal Pedro II, de Fortaleza, informou que a entrega da jangada ao Museu Nacional foi acompanhada de um cortejo de “cerca de 20.000 pessoas” desde o Cais Pharoux até o Campo de Santana, onde o Museu funcionava à época. Uma placa em prata na jangada apresentava a seguinte inscrição “A Sociedade Abolicionista Cearense ao Museu Nacional. Jangada em que Francisco do Nascimento, à frente dos jangadeiros cearenses, fechou o Porto da Província ao tráfico da escravatura, em 30 de agosto de 1881. Oferecida em 13 de abril de 1884” (CARVALHO, 1940, p. 122).

Documentos oficiais do arquivo do Museu Nacional citados por Carvalho (1940) informam que a jangada foi transferida em 1886 para o Arsenal da Marinha. Segundo relato prestado em 1922 por um funcionário do Museu ao então diretor Artur Neiva, a embarcação teria como destino o antigo Museu Naval. O paradeiro da peça, entretanto, permanecia ignorado:

Se o Arsenal da Marinha conservou a relíquia ou a enviou ao Museu Naval, não se sabe. A 14 de janeiro de 1932 um decreto do Governo Provisório extinguiu o Museu Naval, cujo magnífico acervo foi recolhido e exposto no Museu Histórico Nacional em três belas salas. Com os objetos e mostruários,

vieram os assentamentos e livros de registro e carga. Nada neles se encontra em referência à Jangada Libertadora. (CARVALHO, 1940, p. 127).

A partir do artigo de Carvalho, Saulo Moreno Rocha (2018) desenvolveu um estudo em que esboçou uma biografia da Jangada Libertadora, iluminando contextos, discursos e conflitos relacionados à musealização do objeto. Como enfatiza o autor, o objeto “sinalizava e ainda sinaliza para protagonismos olvidados nas narrativas oficiais, traz à superfície nomes e acontecimentos que estavam distantes da Corte Imperial, mas que foram tão relevantes quanto gestos oficiais no processo de desmonte da instituição escrava” (ROCHA, 2018, p. 3).

Ao serem examinados e tratados como objetos, é possível e desejável construir biografias de livros. Como ressalta Otlet,

Há listas de livros notáveis por sua história, sua associação etc. Ex.: livros perdidos e imaginários, livros acidentalmente destruídos, livros suprimidos, proibidos, expurgados (por ex. *Romans a lire et a proscrire*, de Bethlehem) livros em exemplar único, **livros com dedicatórias, livros que pertenceram a celebridades, autografados, com notas manuscritas** etc. (OTLET, 2018, p. 460, grifo nosso).

Abordar o livro como objeto na perspectiva de sua materialidade implica em reconhecer que ele não se resume a um texto e seu autor, e admitir que elementos como encadernação, capa, folha de rosto, dedicatórias, anotações e marcas de proveniência são capazes de fornecer informações e possibilitam a construção da biografia de um exemplar específico. (CATALDO; LOUREIRO, 2019).

Marcas de proveniência singularizam o livro, ao vinculá-lo a um proprietário particular ou a uma biblioteca. Desde que examinados como objetos, a abordagem museológica pode ser aplicada também aos livros, assinalando não apenas aspectos genéricos como o momento de sua criação/autoria, fabricação/publicação mas, sobretudo, informações sobre a trajetória individual de um exemplar a partir de informações disponíveis sobre sua aquisição - marco da sua passagem de mercadoria a objeto singular.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Samuel J. M. M. Objects and the museum. *Isis*, v. 96, p. 559-571, 2005.
- BARROS, Sigrid Pôrto de. Armas que documentam a Guerra Holandesa. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 10, p. 11-59, 1959. Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/issue/view/20>. Acesso: 30 abr. 2021. [volume organizado em 1949 e publicado em 1959].
- BRIET, Suzanne. *Quest-ce que la documentation?* Saint-Denis, Paris: Documentaires, Industrielles et Techniques, 1951.
- BUCKLAND, Michael Keeble. What is a Document? *Journal of American Society for Information Science*, Hoboken, v. 48, n. 9, p. 804-809, 1997.
- CARVALHO, Nair de Moraes. A Jangada Libertadora – uma relíquia desaparecida. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 1, p. 121-128, 1940. Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/issue/view/6>. Acesso em: 30 abr. 2021.
- CATALDO, Fabiano; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Afinal, os objetos falam? Reflexões sobre objetos, coleções e memória. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. *Anais [...]* Florianópolis: UFSC, 2019. Não paginado. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/951> Acesso em: 30 abr. 2019.
- COUZINET, Viviane. Le document : leçon d'histoire, leçon de méthode. *Communication et langages*, n. 140, p.19-29, 2004. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/colan_0336-1500_2004_num_140_1_3264 Acesso em: 30 abr. 2021.
- DEETZ, James. *In small things forgotten. An Archaeology of Early American Life*. New York: Anchor Books, 1996.
- ELLIOT, R. et al. Towards a material history methodology. In: PEARCE, Susan (Ed.). *Interpreting objects and Collections*. London: Routledge, 1994. P. 109-124.
- FERREZ, Helena Dodd. Documentação Museológica: Teoria para uma boa prática. In: FÓRUM DE MUSEUS DO NORDESTE, 4., 1991, Recife. Disponível em: <https://meumuseu.wordpress.com/2011/01/24/25/> Acesso em: 30 abr.2021.
- FLEMING, E. McClung. Artifact Study: A proposed model. *Winterthur Portfolio*, v. 9, p. 153-174, 1974. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0084-0416%281974%299%3C153%3AAASAPM%3E2.0.CO%3B2-F>. Acesso em:30 abr. 2021.
- KONSA, Kurmo; REIMO, Tiiu. Books as informational artefacts. *Ajalooline Ajakiri*, v. 146, n. 1, p. 3-20, 2014.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. *A Vida social das coisas*. Niterói: EDUFF, 2008. p. 89-123.

LIAIS, Emmanuel. *Annales de l'Observatoire Impérial de Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographie et Lithographie Lombaerts & Cie, 1882.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Notas sobre a construção do objeto musealizado como documento. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 44, p. 91-106, 2012.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Objeto, Informação e Materialidade: esboço de uma pesquisa em curso. In: GRANATO, Marcus. (Org.). *Museologia e Patrimônio*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015, v. 1, p. 120-140.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. O Objeto de Museu de museu como documento: um panorama introdutório. *Em Questão*, v.25, p.13-36, 2019.

LOUREIRO, Maria L. N. M.; LOUREIRO, José M. Documento e musealização: entretecendo conceitos. *Midas - Museus e estudos interdisciplinares*, v.1, 2013, p.1-13. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/midas.78> Acesso em: 30 abr. 2021.

LOUREIRO, Maria L. N. M.; LOUREIRO, José M.; AZEVEDO NETTO, Carlos X. Às margens do documento: reflexões sobre paisagens e outros artefatos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos ...* Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. Não paginado. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/2085>. Acesso em: 30 abr. 2019.

LUND, Niels Windfeld. Document Theory. *ARIST: Annual Review of Information Science and Technology*, Hoboken, v. 43, n. 1, p. 1-55, 2009.

MAROEVIĆ, Ivo. *Introduction to Museology: the European approach*. Munich: Verlag, 1998.

MAROEVIĆ, Ivo. The Museum Object as a Document. SYMPOSIUM OBJECT-DOCUMENT. 1994. Beijing. *Proceedings [...]* Beijing: ICOM, 1994. p. 113-119. (ICOFOM Study Series, 23).

MARTINEZ COMECHE, Juan Antonio. Naturaleza y cualidades del documento en archivos, bibliotecas, centros de documentación y museos. *Revista de Investigación Iberoamericana de la información y documentación*, v.1, n.1, 2000, p.11-16.

MENSCH, Peter Van. The object as data carrier. In: MENSCH, Peter Van. *Towards a methodology of Museology* (tese). Zagreb: University of Zagreb, 1992. Disponível em: <http://vana.muuseum.ee/uploads/files/mensch12.html> Acesso em: 02 fev. 2021.

MEYRIAT, Jean. Documento, documentação, documentologia. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 21, n. 3, p. 240-253, 2016.

MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas*. Estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MILLER, Daniel. *Material cultures: why some things matter*. London: UCL Press, 1998.

OTLET, Paul. *Tratado de documentação: o livro sobre o livro*. Tradução Taiguara Villela Aldabalde et al. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2018.

PEARCE, Susan M. Thinking about things. In: PEARCE, Susan (Ed.). *Interpreting objects and Collections*. London: Routledge, 1994. p. 125-132.

PROWN, Jules David. Mind in Matter. An introduction to Material Culture Theory and Method. *Winterthur Portfolio*, v. 7, n. 1, p. 1-19, 1982. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1180761>. Acesso em: 30 abr. 2021.

ROCHA, Saulo Moreno. *Esboços de uma biografia de musealização: o caso da Jangada Libertadora*. 2018. 221 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO; Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://www.unirio.br/ppg-pmus/copy3_of_saulo_moreno_rochadefinitiva.pdf. Acesso em: 30 abr. 2021.

RÚSSIO, Waldisa. Cultura, Patrimônio e preservação, texto III. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). *Produzindo o passado*. São Paulo: Brasiliense ; Secult - SP, 1984, p. 59-64.

SANTOS, Cláudia Penha; DOMINICI, Tânia. Apresentação. In: SANTOS, Cláudia Penha; DOMINICI, Tânia (org.). *Leitura de objetos de C&T: a coleção do Observatório Nacional no MAST*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2019. p. 181-195. (Mast Colloquia, v. 15).

SILVA, Rita Gama. Termógrafo Registrador Elétrico. In: SANTOS, Cláudia Penha; DOMINICI, Tânia (org.). *Leitura de objetos de C&T: a coleção do Observatório Nacional no MAST*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2019. p. 181-195. (Mast Colloquia, v. 15).

TARTAGLIA, Ana Roberta de Souza. *As Encadernações da coleção de obras raras e especiais da Casa de Oswaldo Cruz: um estudo para sua preservação*. 2028. Dissertação (Mestrado). Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018. 154f. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/30934>. Acesso em: 30 abr. 2021.

THE CAMBRIDGE SCIENTIFIC INSTRUMENT COMPANY, Ltd. *Instruction for use of callendar's patent electric recorder and resistance thermometers*. Cambridge: [s. n.], 1907.

WOODWARD, Ian. *Understanding Material Culture*. London: Sage, 2007.